RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

A africanofobia enraizada: esquerda acadêmica – discursos, práticas e contradições

Deep-rooted Africanophobia: academic left – discourses, practices, and contradictions

Africanofobia profundamente arraigada: la izquierda académica – discursos, prácticas y contradicciones

Eduardo Sala - Doutorando em Educação (UFSC), sociólogo.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6385378510960849.
Orcid: https://orcid.org/0009-0000-7557-5915.
E-mail: salaeduardo34@gmail.com.

Resumo

A partir de uma abordagem qualitativa, método de pesquisa memorial, observação participante e análise documental, este artigo faz uma análise crítica sobre a relação entre os estudantes africanos e a esquerda acadêmica brasileira. O texto problematiza os múltiplos aspectos do processo de formação, que vão desde o acolhimento, integração e permanência – mas também as implicações ideológico-epistemológicas que marcam o processo como um todo. Os resultados indicam que, existe uma evidente discrepância entre as estratégias geopolíticas mantidas pelo Estado brasileiro no âmbito da diplomacia acadêmica África-Brasil – potencializados principalmente nos governos de esquerda, em relação ao *modus operandi* dos principais agentes responsáveis pela implementação e efetivação de tais políticas, dominado pela esquerda acadêmica. O comportamento insidioso, preconceituoso e paternalista de certos setores da esquerda acadêmica em relação aos acadêmicos africanos contraria os discursos amplamente propalados pelo campo progressista e, consequentemente, cria riscos de uma cisão ideológico-epistemológica total ou parcial já em curso em alguns contextos universitários. É uma situação que cedo ou tarde, pode escalar para outros contextos mais amplos, adentrar as universidades africanas e as respectivas estruturas político-partidárias nacionais com o regresso de milhares de quadros africanos descrentes pelas amargas experiências de que algum dia, se possa estabelecer uma dinâmica de relações Sul-Sul que realmente se preze igualitária, intercultural, inclusiva e sem preconceitos.

Palavras-chave: Africanofobia. Estudantes africanos. Esquerda acadêmica.

Abstract

Using a qualitative approach, memorial research method, participant observation, and document analysis, this article presents a critical analysis of the relationship between African students and the Brazilian academic left. The text problematizes the multiple aspects of the training process, ranging from welcoming, integration, and retention – but also the ideological and epistemological implications that mark the process as a whole. The results indicate a clear discrepancy between the geopolitical strategies maintained by the Brazilian State within the framework of Africa-Brazil academic diplomacy – primarily potentiated during left-wing governments – and the modus operandi of the main agents responsible for the implementation and effectiveness of such policies, dominated by the academic left. The insidious, prejudiced, and paternalistic behavior of certain sectors of the academic left towards African academics contradicts the discourses widely propagated by the progressive field and, consequently, creates risks of a total or partial ideological and epistemological split already underway in some university contexts. This is a situation that, sooner or later, could escalate to broader contexts, penetrating African universities and their respective national political party structures with the return of thousands of disillusioned African professionals, disillusioned by bitter experiences, who believe that a truly egalitarian, intercultural, inclusive, and unprejudiced South-South dynamic can ever be established.

Keywords: Africanophobia. African students. Academic left.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

Resumen
Mediante un enfoque cualitativo, el método de investigación de la memoria, la observación participante y el análisis documental, este artículo presenta un análisis crítico de la relación entre los estudiantes africanos y la izquierda académica brasileña. El texto problematiza los múltiples aspectos del proceso de formación, desde la acogida, la integración y la retención, hasta las implicaciones ideológicas y epistemológicas que marcan el proceso en su conjunto. Los resultados indican una clara discrepancia entre las estrategias geopolíticas mantenidas por el Estado brasileño en el marco de la diplomacia académica África-Brasil —potenciadas principalmente por gobiernos de izquierda— y el modus operandi de los principales agentes responsables de la implementación y efectividad de dichas políticas, dominados por la izquierda académica. El comportamiento insidioso, prejuicioso y paternalista de ciertos sectores de la izquierda académica hacia los académicos africanos contradice los discursos ampliamente difundidos por el campo progresista y, en consecuencia, genera riesgos de una escisión ideológica y epistemológica, total o parcial, que ya se está produciendo en algunos contextos universitarios. Se trata de una situación que, tarde o temprano, podría extenderse a otros contextos más amplios, llegando a las universidades africanas y a las estructuras de sus respectivos partidos políticos nacionales con el regreso de miles de profesionales africanos desilusionados por las amargas experiencias que les impiden establecer una dinámica de relaciones Sur-Sur verdaderamente igualitaria, intercultural, inclusiva y libre de prejuicios.
Palabras clave: Africanofobia. Estudiantes africanos. Izquierda académica.

1 Introdução

Acadêmico africanista de macro-etnia Bantu e sub-etnia Bantu Bakongo – nação do antigo poderoso reino federado do Kongo, sou natural da província de Luanda, República de Angola, África Austral. No momento em que escrevo, estou perto de completar nove anos de residência ininterrupta no Brasil, onde realizo um percurso formativo que transcende os níveis da graduação até o doutorado – ainda em curso.

Durante esse período, entre as experiências vividas, observadas e as incontáveis trocas com outros acadêmicos africanos, ficam as memórias de uma trajetória de vida e com ela, a formação de uma sólida concepção crítico-ideológica dos conceitos de integração e diálogos Sul-Sul tão evocados entre os círculos acadêmicos de esquerda. Não se tratou de um aprendizado confinado a conceitos, teorizações e discursos prontos/embelezados. Mas sim, de um aprendizado onde a ação, observação e a participação assumem um papel central e atestam a eficácia dos discursos apregoados.

Procuro evidenciar porque é que a academia africana não pode simplesmente se reduzir a condição de reprodutora de conceitos e estudos "anti-coloniais" desenvolvidos em outras paragens do Sul Global. Que é crucial enxergar tais perspectivas com desconfiança e abordar qualquer possibilidade de adotá-las com cautela. Desde já, declaro-me e assumo uma posição de um acadêmico/africanista convicto de ideologia pan-africanista, cético a qualquer

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

perspectiva teórico-conceitual estranha ao continente africano, bem como das matrizes ideológicas que sustentam. Parto da perspectiva de que todo e qualquer tipo de colonialidade, independentemente da região, deve ser categoricamente evidenciada e energicamente tensionada, o Sul Global não é exceção.

Quando considerada a combinação África, América Latina e Ásia, o Sul Global é a macrorregião mais complexa e diversificada do mundo. A sociologia evidencia que onde há interação entre partes há relações de poder (Bordieu, 1989), o que inclui as chamadas relações Sul-Sul. Mesmo internamente, o Brasil vive envolto a etnocentrismos intrínsecos na medida em que se configura como uma sociedade estrutural e institucionalmente hierarquizada em termos de relações raciais (Almeida, 2018). Não só o mundo, mas cada macrorregião, região ou país possui suas próprias colonialidades intrínsecas e neste texto, problematizo justamente aquelas inerentes ao Sul Global. Aliás, Sul Global é um conceito que se propagou rapidamente diante da proliferação dos debates sobre a perspectiva de (re) estruturação de um mundo multipolar do qual sou particularmente adepto.

Ainda assim, sou de opinião de que – apesar dos nomes muitas das vezes atraentes como diálogos Sul-Sul, núcleo de estudos africanos e promoção para a igualdade racial, a perspectiva de adesão à certos grupos e iniciativas precisam ser previamente estudadas, as vantagens e os riscos evidenciados e os resultados amplamente difundidos entre as comunidades de acadêmicos africanos em África e nas diásporas africanas[1].

Depois de uma trajetória marcada por críticas contundentes ao neocolonialismo epistemológico ocidental e as correntes ideológico-epistemológicas tradicionais em diálogo com os estudos decoloniais, participação em projetos, grupos de estudos, pesquisa e extensão da esquerda acadêmica decolonial, apresento este trabalho em forma de artigo científico como meio de tensionar e problematizar as colonialidades para além do Norte Global, com foco transversal na ideologia, epistemologia e o acadêmico africano nas universidades do Sul Global com base em duas universidades brasileiras como estudos de caso, com vista a compreensão de um contexto mais amplo que subjaz, transcende as fronteiras da academia, molda e molda-se por movimentos políticos e evidencia choques antropológicos deveras silenciados. Neste estudo, dou uma atenção peculiar às contradições da chamada "esquerda acadêmica identitária" que – aliás, ao contrário do que muitos pensam, não inclui os africanos[2].

[1] Diásporas africanas neste contexto refere-se à africanos fora dos seus respectivos países.

[2] Não confundir programas institucionais importantes frutos das reivindicações dos movimentos negros em coordenação com a esquerda nacional e que possuem abrangência universal (para qualquer negro, como as cotas

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

A crítica a decolonialidade não é uma afronta ao conceito de decolonialidade em si, muito menos aos conceitos e teorias mais notórias desenvolvidas pelos seus percursores como Aníbal Quijano (1928 - 2018) ou Walter Mignolo que, até certa medida – podem ser apropriadas e contextualizadas em África. O problema começa quando muitos acadêmicos autodenominados decoloniais procuram impor fatos sociais, políticos e geopolíticos estranhos aos contextos socioculturais africanos e fazem do silenciamento e da passividade agressiva os subterfúgios à fundamentação das abordagens epistemológicas questionadas e tensionadas em sala de aula e não só.

Embriagados pela rápida proliferação do movimento e, quiçá, por um quê de modismo e frenesi de poder que a crítica tem gerado, muitos acadêmicos decoloniais se esquecem que as abordagens nas quais se apoiam, assim como as correntes epistemológicas ocidentais universalizadas (Grosfoguel, 2016) são igualmente provincianas e que a África, que presumem equivocadamente estar na base da cadeia do conhecimento é uma enorme e complexa civilização de civilizações com raízes ideológico-epistemológicas bem profundas – a exemplo da filosofia Bantu Ubuntu.

Assim como Edward Said, Said (1990), que percebendo a necessidade de se criar uma perspectiva teórico-conceitual própria da sua região que não fossem aquelas de origem ocidentais, desenvolveu a obra *"Orientalismo"*, ao invés de se ater na reprodução de estudos contra-hegemônicos criados e desenvolvidos em, e para outros contextos coloniais que não contemplavam a causa palestina e abordavam superficialmente a questão socio-geopolítica Árabe, os resultados deste estudo indicam que, salvo alguns diálogos pontuais, os estudos e ações decoloniais/antirracistas desenvolvidos na América Latina têm se mostrado insuficientes, senão mesmo sub-hegemônicos e quiçá, discriminatórios quando se trata de ler e interpretar a África e os africanos.

Mas antes de tudo, faz jus reconhecer que a universidade não é um monólito, pois existem direitas dentro do espectro de direita assim como esquerdas dentro do espectro de esquerda – departamentos, setores, programas e núcleos que se tensionam e contrapõem entre si, funcionando como mecanismos de freios e contrapesos que previnem eventuais arbitrariedades que os preconceitos transversais possam produzir. Junto destes, existem acadêmicos realmente comprometidos com a observância dos preceitos que orientam os princípios basilares dos diálogos transculturais África-Brasil, conforme estabelecidos nos documentos e memorandos

raciais), com os modus operandi dos chamados grupos identitários nas universidades, que muitas das vezes, são discriminatórios e agem de acordo com duplos padrões quando se trata de estudantes africanos.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

oficiais ratificados, decretados e sancionados pelo governo brasileiro. São acadêmicos com os quais devem ser salvaguardados e mantidos canais de comunicação abertos com vista a construção de uma perspectiva de diálogo África-Brasil que se quer de realmente igualitária, solidária, intercultural, diversa e sem preconceitos.

2 Metodologia

A partir de uma abordagem qualitativa, este artigo utiliza métodos de pesquisas múltiplos, que incluem o método de pesquisa memorial, observação participante e análise documental, por meio dos quais analiso o processo de integração dos estudantes africanos nas universidades brasileiras. O texto problematiza os múltiplos aspectos do processo de formação, que vão desde o acolhimento, integração e permanência – mas também das implicações ideológico-epistemológicas que marcam o processo como um todo.

Segundo o sociólogo francês Maurice Halbwachs, a memória individual "não é inteiramente isolada e fechada. Muitas vezes, para recordar o próprio passado, uma pessoa precisa recorrer às memórias de outros. Ela se refere a pontos de referência externos a si mesma" (Halbwachs, 2004, p. 54). É a partir da lógica teórica de Halbwachs (2004) que, mais do que memórias e recordações individuais, parte deste trabalho baseia-se em memórias e narrativas de outros colegas africanos com os quais tive, e mantenho contato durante os meus quase nove anos de estudos no Brasil.

Segundo Gil (2002, p. 13) "a pesquisa participante, assim como a pesquisa-ação, caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas". Embora não tenha premeditado e elaborado um projeto para tal fim, faço das minhas vivências, contatos e experiências com os diferentes atores durante a minha trajetória ainda em curso pelas universidades brasileiras uma fonte de pesquisa por essência.

Neste texto, não narro e descrevo fatos sociais extrínsecos e estranhos a mim, pois sou parte constituinte e inerente da comunidade universitária que analiso como objeto de uma sociologia do conhecimento sociológico (Bourdieu, 2004). Pelo que, em consonância com Elias (1994), observo, acompanho e participo dos fatos sociais inerentes ao próprio ambiente acadêmico que analiso.

Além disso, de acordo com Gil (2002, p. 14) "a pesquisa participante mostra-se bastante comprometida com a minimização da relação entre dirigentes e dirigidos e por essa razão temse voltado sobretudo para a investigação junto a grupos desfavorecidos". É a partir desta lógica

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

que me predisponho em problematizar os dilemas que marcam o processo de integração dos estudantes africanos junto das estruturas acadêmicas brasileiras e a dinâmica das relações de poder em torno delas.

De acordo com Gil (2002, p. 5), "a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa". Neste texto, a análise dos documentos referenciados se insere no método de reinterpretação dos dados de acordo com o contexto do tema, objeto e o problema levantados nesta pesquisa.

É a partir desta lógica que neste trabalho, foram alisados documentos e dispositivos legais como a Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e o estudo da História da África e dos Africanos nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. A Lei n° 12.289, de 20 de julho de 2010, que decreta a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O Decreto n° 11.923, de 15 de fevereiro de 2014, que atualiza o Programa

Estudante Convênio (PEC) e suas respectivas modalidades. E o projeto de Lei INC n°. 2356/2025 (Indicação) em tramitação na Câmara dos Deputados, que propõe a criação da Universidade África-Brasil (UFAB).

Apesar se basear em dois contextos universitários principais, dada a relação da autoria com às instituições em questão (UNILAB e UFSC), a crítica levada a cabo no presente texto não se destina a uma pessoa, curso, programa ou universidade específica. O alvo é, antes, porém, toda uma estrutura responsável pela (re) produção e manutenção do *modus operandi* que constitui o objeto-problema deste estudo – a africanofobia nas universidades e as contradições da esquerda acadêmica.

Isso não significa uma inclinação para a direita ou absolvição desta, deve-se somente porque, a esquerda se autodenomina e reivindica para si o status de espectro pró-África, antirracista, anti-colonialista e anti-imperialista. Porém, tais reivindicações e autodenominações contrastam fortemente com as adversidades enfrentadas pelos acadêmicos africanos nas universidades brasileiras.

Além do mais, a direita acadêmica é um campo historicamente ocidentanófilo com o qual existe pouco ou nenhum diálogo acadêmico com o continente africano. Portanto, o que vem ao acaso não é a consideração de uma guinada ideológico-epistemológica para a direita – algo totalmente fora de questão. Nem é objetivo equiparar ambos os espectros – mas sim, questionar o quão sérios são os discursos sobre os diálogos e a solidariedade Sul-Sul tão propalados por certos

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

segmentos da esquerda acadêmica e, de que forma os chamados acadêmicos decoloniais enxergam e lidam com os estudantes e a comunidade acadêmica africana no cotidiano universitário. A esquerda acadêmica é aliada da África e dos africanos?

3 Discussão e resultados

3. 1 *Diplomacia acadêmica África-Brasil, esquerda nacional*

Em 2003, o Presidente Luíz Inácio Lula da Silva (PT) sanciona a Lei n° 10.639, de 9 de janeiro, depois de aprovada pelo Congresso Nacional sob a proposta do governo homónimo. A lei torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e o estudo da História da África e dos Africanos nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, tanto públicas quanto particulares (Brasil, 2003).

Em 2010, depois de aprovada pelo Congresso Nacional sob iniciativa do seu governo, o Presidente Lula da Silva sanciona a Lei n° 12.289, de 20 de julho, que decreta a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Segundo o Art. 2º da referida lei – a UNILAB tem como objetivo ministrar cursos de ensino superior, desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária nas mais diversas áreas do conhecimento com vista a formação de recursos humanos que contribuam na integração entre o Brasil "e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa- CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, cientifico e educacional" (Brasil, 2010, p. 1).

Os africanos compõem cerca de 25% do corpo estudantil da UNILAB, apesar de o projeto prever uma composição paritária entre estudantes brasileiros e africanos (+Timor Leste) (Brasil, 2025). Apesar do referido desafio, a UNILAB é hoje o principal instrumento de formação de quadros e futuros profissionais africanos no Brasil. De acordo com o seu PDI (2023 – 2027), a UNILAB tem como missão formar recursos "humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional" (UNILAB, 2023, p. 34).

No âmbito da internacionalização da educação superior, a Unilab situa-se no rol das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, voltadas para ampliação da estratégia de Cooperação Sul-Sul, compreendida como "um mecanismo de desenvolvimento conjunto entre

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

países emergentes em resposta a desafios comuns" (ONU Brasil, 2017). A instituição, ao promover esse modelo de desenvolvimento, atende às diretrizes internacionais que destacam a ampliação da oferta de cursos superiores em regiões carentes, ao mesmo tempo em que amplia as relações de cooperação com o continente africano (UNILAB, 2023, p. 59).

Como países recentemente integrados no panorama geopolítico das nações (independentes de 1974 a 1975), os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) ainda enfrentam problemas estruturais básicos de diferentes ordens, causas e efeitos no que concerne a oferta de educação geral, o ensino superior não é exceção. Em Angola, por exemplo, o maior país dos PALOP e o segundo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) depois do Brasil, a situação é a seguinte:

O país possui 106 instituições de ensino superior, destas, 31 são públicas e 75 são particulares (Angola, 2022). Para o ano letivo 2024/2025, 191.752 vagas foram ofertadas, porém, apenas 27.936 (15%) vagas eram de instituições públicas, sendo as 163.816 (85%) de IES privadas (Angola, 2024 *apud* Sala, 2026). Para um país extremamente jovem com problemas sociais (como o desemprego) diversos, a oferta não satisfaz a demanda.

Por meio de instituições como a UNILAB e outras políticas de reparação por via da cooperação acadêmica solidária com os países africanos como Angola, o Brasil vem contribuindo ativamente na formação intelectual, profissional e técnica de milhares de jovens africanos, dando a um número significativo de jovens que não estudavam nem trabalhavam (nem-nem) a oportunidade de realizarem seus sonhos, se tornando técnicos e especialistas e desta forma – contribuindo para o desenvolvimento e progresso dos respectivos países de origem. Até 2024, as estatísticas davam conta que desde a sua inauguração em 2011, a UNILAB já formou cerca 1.747 estudantes de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (Antonio, Tavares, 2024).

Outro projeto importante que tem contribuído com a formação de vários quadros africanos oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) é o Programa Estudante Convênio (PEC). O Programa Estudante Convênio (PEC) foi criado em 1965, no primeiro ano da ditadura militar, como Programa Estudante Convênio da Graduação (PEC-G). Em 1981, ainda durante a ditadura militar, foi criado o Programa Estudante Convênio da PósGraduação (PEC-PG) (Brasil, 2025).

Atualizado pela gestão do Presidente Lula da Silva em 2024 – pelo Decreto N° 11.923, de 15 de fevereiro – o PEC possui duas modalidades principais: o Programa Estudante Convênio da Graduação (PEC-G) e o Programa Estudante Convênio da Pós-Graduação (PECPG). A outra

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

modalidade é o Programa de Estudantes-Convênio de Português como Língua Estrangeira (PEC-PLE), criada em 2024 pelo decreto supracitado (Brasil, 2024).

O caráter histórico do programa transversal as diferentes fases político-ideológicas do Brasil totalmente antagônicas, somado a atribuição da responsabilidade da gestão coordenada do PEC-G entre o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e o Ministério da Educação (MEC) e, a gestão do PEC-PG sob a responsabilidade principal do Ministério das Relações Exteriores em coordenação com as duas principais agências federais de fomento à pesquisa – nomeadamente: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Brasil, 2024), atestam a natureza estratégica e a importância que o Brasil atribui ao programa – configurando política de Estado. Por exemplo, dos 59 países participantes no PEC-G, 25 são africanos. Dos cerca de 9 mil estudantes já formados pelo programa, 76% são oriundos de países africanos, com destaque para Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola (USP, 2024).

A criação do Programa de Estudantes-Convênio de Português como Língua Estrangeira (PEC-PLE) pelo Decreto N° 11.923, de 15 de fevereiro, somada ao projeto de criação da Universidade África-Brasil (UFAB) a partir das dependências da UNILAB dos Malês-Bahia em tramitação na Câmara dos Deputados,[3] prenunciam a ampliação na oferta de formação de quadros africanos muito além dos países africanos de língua oficial portuguesa. Segundo a proposta, "A Universidade Federal África-Brasil (UFAB), ora sugerida, a ser criada a partir da emancipação do Campus dos Malês da Universidade da Integração da Lusofonia AfroBrasileira (UNILAB), baseia-se nos princípios de reparação histórica e solidariedade internacional" (Brasil, 2025, p. 2).

As relações entre Brasil e países africanos no século XXI, em especial durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), refletem avanços importantes no sentido de inserir a relação com a África em termos históricos e culturais na área educacional. Estas ações estão conectadas com demandas e proposições que, historicamente, os movimentos sociais, em particular os movimentos negros brasileiros, já reivindicavam há décadas (Brasil, 2025, p. 2). Mesmo não sendo os percursores, os governos brasileiros de esquerda são – de longe, os grandes protagonistas do processo de ampliação, inovação e no estabelecimento de uma diplomacia acadêmica África-Brasil sólida e funcional em constante evolução. A nível das políticas de governo e de Estado, as estratégias estão de

[3] Projeto apresentado pelo deputado Valmir Assunção (PT/BA) e outros do espectro de esquerda (PCdoB, PV, PSB, PSOL, União e PSD).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

acordo com qualquer país que se preze um ator central no panorama geopolítico das nações. Até porque, o governo faz a diplomacia acadêmica e traça a geopolítica da educação, os acadêmicos são responsáveis por estabelecer diálogos interinstitucionais e implementá-las. Em 2024, em seu discurso na 37ª Cúpula da União Africana, em Adis Abeba – Etiópia, o Presidente Lula da Silva afirmou:

> Tenho o orgulho de dizer que milhares de africanos concluíram seus estudos no Brasil. Mas vamos fazer ainda mais. Vamos ampliar o número de bolsas ofertadas para receber estudantes africanos em nossas instituições públicas de ensino superior. Estamos dispostos a desenvolver programas educacionais na África e a promover intenso intercâmbio de professores e pesquisadores. Vamos colaborar para que a África possa se tornar independente na produção de alimentos e energia limpa (Brasil, 2025, p. 5).

Portanto, os governos brasileiros de esquerda entendem – e com razão, que os futuros profissionais e potenciais líderes nacionais nutrem especial consideração pelos países responsáveis por suas respectivas formações acadêmicas e muitas das vezes, ideológicas. É um jogo há tempo muito jogado pelas grandes potências como os EUA, a URSS (sucedida pela Rússia) e a China. Como um importante ator geopolítico emergente, o Brasil não pretende ficar de fora desta partida que a longo prazo, vem se mostrando estratégica no panorama geopolítico das nações. Porém, no caso brasileiro – existe uma nuance de natureza *sine qua non*:

Na contramão daquilo que se configura como política externa, aspirações e projeções do Estado brasileiro a longo prazo potencializados principalmente nos governos de esquerda, não seria exagero dizer que, literalmente, existem setores da esquerda acadêmica que realmente se esforçam em transformar os atuais aliados acadêmicos africanos em futuros adversários político-ideológicos e, consequentemente, geopolíticos.

3. 2 *Esquerda acadêmica: discursos, práticas e contradições*

3. 2. 1 *Conceituação e contextualização*

O adversário visível nos mantém em estado de alerta, enquanto o falso aliado age justamente onde baixamos a nossa guarda[4]

[4] Interpretação popular de O Príncipe 1532 (Ed. 2013, Editora Vozes Limitada) de Nicolau Maquiavel (1469 - 1527). Postagem: SILVA, willames, facebook.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

Figura 1: Falso aliado.



Fonte: Dreamstime.com

Uso o termo africanofobia ao invés de racismo e xenofobia por questões conceituais e contextuais. É uma combinação de dois termos amplamente conhecidos - africano e xenofobia. Mas quando combinados, deixa de ter o mesmo significado que dizer xenofobia contra africanos, porque não se trata tão somente de uma aversão ao estrangeiro – é racismo, porque esse estrangeiro tem que ser africano. O estrangeiro argentino no Brasil – por exemplo, não recebe o mesmo tratamento dado ao estrangeiro africano, antes, porém, o argentino pode ser um praticante e reprodutor assíduo da africanofobia – e muita das vezes é.

Contrariamente ao termo xenofobia, que possui uma aplicabilidade geral para qualquer estrangeiro, ou do racismo, geralmente em referência aos preconceitos enfrentados pelos negros brasileiros e demais afro-diaspóricos, o termo africanofobia remete a um tipo de racismo e xenofobia enfrentados especificamente por migrantes africanos. Alguns, como um editorial do Novo Jornal (2017) usam o termo afrofobia em referência ao racismo enfrentado pelas comunidades de migrantes africanos na Europa, instigado principalmente pelos discursos e propostas de partidos políticos de direita e da extrema direita fascista. Neste caso, o racismo é geralmente mais aberto, evidente e facilmente detectável.

Além dos africanos – pessoas negras nascidas no continente africano, o prefixo afro tem sido tradicionalmente usado em referência a tudo relacionado a ascendência africana, desde pessoas, culturas, etc. Para evitar equívocos de interpretação, neste texto em específico faço o uso do termo africanofobia em referência a um tipo de racismo *sui generis* enfrentado pela comunidade de estudantes africanos nas universidades brasileiras. Com foco na esquerda acadêmica decolonial – mas não só, a prática da africanofobia apresenta-se geralmente de forma velada e esconde-se por detrás de uma suposta aliança ideológico-epistemológica, porém forjada e guiada sob a lógica da aculturação, imposição de narrativas e cosmovisões alheias aos contextos

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

socioculturais, políticos e geopolíticos africanos.

Mesmos os contextos universitários a partir dos quais esse estudo se configura são bastante antagônicos – porém dialogáveis. A UNILAB é uma universidade por natureza decolonial, de integração acadêmica África-Brasil, localizada nos municípios do interior da região Nordeste (Ceará e Bahia), em estados e região historicamente de esquerda. Por outro lado, a UFSC é uma universidade central localizada na região Sul do Brasil, em Santa Catarina, Florianópolis (capital), uma região e estado historicamente de direita cada vez mais ao extremo do espectro.

Ainda assim, apesar das discrepâncias nos contextos supracitados, é possível perceber um padrão no comportamento das chamadas esquerdas acadêmicas em ambos os contextos – a dinâmica paternalista, impositiva, preconcebida e discriminatória nas suas interações e relações com os estudantes africanos. Isso acontece porque ambos os segmentos partilham de um denominador comum intrínseco a dinâmica social brasileira – a africanofobia historicamente enraizada (Munanga, 2015). Pretendo com isso dizer que, embora a analise a partir de contextos universitários, a africanofobia não é um tipo de preconceito localizado e restrito aos contextos acadêmicos – pois, possui raízes históricas, sociais e políticas (Almeida 2018) assim como o racismo no Brasil (Munanga, 2004).

Nenhum outro tipo de preconceito tem se mostrado tão intenso a ponto de unir subjetivamente movimentos tão antagônicos como os de extrema direita e determinados grupos da chamada esquerda identitária sob uma mesma sigla – o espectro da africanofobia. Devido a africanofobia profundamente enraizada – a trajetória de um estudante africano nunca é linear, oscilando entre segmentos de apoio e tentativas de sabotagens que só, e simplesmente a crença no cumprimento de uma missão civilizacional se torna a fonte de resiliência e o garante da conclusão dos estudos conforme o planejado.

Os termos “africanofobia”, “racismo de origem” e “etnicamente direcionado” serão usados de forma alternada ao longo do texto, em referência ao racismo enfrentado especificamente por africanos. O conceito de “origem” usado neste contexto não é de ascendência, mas sim de proveniência direta, de pessoas nascidas no continente africano – ou seja, africanos.

3.2.2 *Acolhimento e integração*

Como se viu na seção anterior (esquerda nacional), mesmo não sendo os percursores, os governos brasileiros de esquerda são – de longe, os grandes protagonistas do processo de ampliação, inovação e no estabelecimento de uma diplomacia acadêmica África-Brasil sólida e

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

funcional em constante evolução. A nível das políticas de governo e de Estado, as estratégias estão de acordo com qualquer país que se preze um ator central no panorama geopolítico das nações. Até porque, o governo faz a diplomacia acadêmica e traça a geopolítica da educação, os acadêmicos são responsáveis por estabelecer diálogos interinstitucionais e implementá-las. É a partir daqui onde começa problema!

Como não poderia deixar de ser, a primeira questão a ser problematizada é a recepção dos estudantes internacionais, particularmente os africanos. Ao invés de um processo contínuo e permanente, o acolhimento do estudante internacional resume-se a duas ou três horas de palestras e performances artísticas em um auditório da instituição. Fim deste, o estudante migrante é abandonado a própria sorte, cada um por si. As adversidades encontradas nas ruas e nas comunidades são tratadas como questões particulares. Os centros de assistência psicossociais não possuem, de fato, departamentos preparados para lidarem com a saúde psicossocial do estudante migrante que evidentemente, possui características *sui generis*.

Os afetos e acolhimentos tão propalados pelos grupos acadêmicos de esquerda são ausentes, discriminatórios, senão mesmo xenofóbicos quando se trata de estudantes africanos. A dor psíquica do estudante migrante não comove os autodenominados agentes da empatia, distribuidores de sorrisos e abraços. Para os filhos da África quem sabe, talvez, um sorriso forçado daqueles, mais falso do que uma nota de 3 reais, conforme se diz no adágio popular.

A filosofia Afro-Bantu Ubuntu é mal compreendida, e/ou, quiçá, intencionalmente instrumentalizada por certos setores que, para além de não atribuírem o devido crédito aos seus idealizadores, obliteram a participação de seus contemporâneos (africanos atuais). Os estereótipos determinam o julgamento do modo de estar, ser e fazer-se do estudante africano – influenciados por questões inerentes a todo ser humanos como saudades da família, choque cultural, social, etc. Porém, em nome de uma institucionalidade enviesada e moralismo etnicamente direcionado, indivíduos evidentemente etnocentristas colocam-se em prontidão para decretar a sua conduta como indecorosa e incivilizada a qualquer momento. A escuta e o desabafo são dispensados de forma deliberada – pois, a audiência é a revelia e faz-se às pressas, a sentença moral é sumária, arbitrária e as evidências baseiam-se no achismo e no preconceito enraizado. Culpado! Por ousar ser humano e demonstrar emoções!

Os históricos acadêmico e social íntegros não são tidos em conta e o mínimo deslize psicossocial gera desqualificação prévia. Parece que, como um sistema de câmeras préprogramadas para vigiar um experimento social 24 horas ao dia, os simulacros de figuras e entidades antirracistas (mas racistas sob o critério origem) esperam silenciosamente por algo

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

que possam minimante considerar um comportamento errático por parte do estudante africano. Programas de promoção à igualdade racial e núcleos de estudos africanos são coordenados por pessoas brancas por anos, ou ao menos têm grande parte da sua equipe colegial dominadas por estes. Os grupos e centros de estudos decoloniais vezes enquanto, superam os seus adversários marxistas e conservadores ao silenciar os ideais africanistas ostracizando a participação do estudante africano. A academia, os seus departamentos e programas mais do que adoecer, torturam psicológica e socialmente o estudante africano.

A africanofobia e a certeza na incontestabilidade dos atos influenciam o comportamento de um segmento de atores institucionais obcecados em brincar de deusas e deuses que, ao focarem-se apenas na linha de chegada em detrimento da história de vida por trás de cada estudante africano que procuram sabotar, ignoram toda uma longa e difícil caminhada deveras – superada pela força proveniente da crença de se estar diante de uma missão civilizacional intrínseca a todo e qualquer africano cultural/geopoliticamente letrado.

Na UFSC, sediada no estado mais reacionário do Brasil – aquele com maior número de células neonazistas e reduto da extrema direita em termos proporcionais (Piauí, 2023)[5], a situação é muito mais complicada. A dinâmica sociopolítica da região reflete-se no interior da universidade e a esquerda identitária, que se considera o segmento da inclusão e pela diversidade surpreende pela negativa. A africanofobia – explícita ou velada, é reproduzida com maior intensidade por aqueles que se consideram os protagonistas e os maiores promotores da igualdade racial.

Aqui, se tivéssemos que pegar emprestado e contextualizar ao debate engendrado no presente texto a frase de uma matéria com a qual concordo integralmente, de autoria do professor Ricardo Alexino Ferreira (USP), intitulada: *Distopias catarinenses: "humanidade" pelo cão e indiferença com o racismo humano*, poderíamos transformar em: *Distopias da esquerda acadêmica Catarinense, humanidade pelo cão e a africanofobia enraizada*.

No final das contas – pelo menos no que diz respeito ao estudante africano, não demanda grande esforço deduzir que, existe um conjunto de programas de promoção à igualdade racial racistas, projetos de inclusão que excluem, centros de acolhimento que desamparam e círculos de afeto insensíveis. A contradição é aterradora!

A figura do professor – tão importante no processo de ensino-aprendizagem, se torna a grande fonte da toxicidade e da intoxicação mental em alguns casos, ao invés de um elo entre o

[5] A pesquisa é da antropóloga e historiadora Adriana Dias, divulgada por diversos veículos de comunicação, dentre eles a revista Piauí, 2023.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

estudante e o tema a ser debatido em sala de aula. Como exceção à regra, alguns abusam da autoridade e falam, ou ao menos acham que têm o direito de falar de forma rude com o estudante africano. Muitas das vezes, ritos de humilhações marcam a relação professor/estudante africano visando a afirmação de poder.

Inúmeros são os projetos de pesquisa de iniciativa antirracistas, estudos e pesquisas sobre a socio-historiografia da África que ignoram e invisibilizam a presença institucional de corpos mentes africanas que, quando não são totalmente marginalizadas, são transformados em fontes de matérias-primas epistemológicas vivas para os pesquisadores locais em busca de holofotes e autopromoção (Ndlovu-Gatsheni, 2018). Comportamento também conhecido como extrativismo acadêmico ou afro-oportunismo Mbembe (2001), do qual Yankha (2016) aborda do ponto de vista das relações universidades ocidentais/acadêmico africano.

O que se observa neste contexto é um comportamento que vai muito além da teoria sobre o pacto da branquitude de Cida Bento (2022), porque neste caso em específico, a coloniadade do saber e o racismo ou a colonialidade do ser que a sustenta é de proveniência – a Africanofobia. Assim sendo, embora o racismo tenha origem num aparato estrutural e institucional histórico-socialmente desenhado para manter os privilégios da população eurodescendente tal como evidencia Almeida (2018), a prática da africanofobia não se limita a branquitude, pois é igualmente reproduzida por muitos negros diaspóricos. Apesar disso, a branquitude mantém-se como a única e exclusiva beneficiária final da africanofobia, fazendo da autoimolação negra um comportamento paradoxal histórico, político e socialmente construídos (Munanga, 2019).

Em termos pedagógico, Paulo Freire (1921 - 1997) já explicava na sua célebre obra *Pedagogia do Oprimido* as contradições e os desafios do oprimido diante de uma educação libertadora, que deu origem a frase popular que diz que **"**o sonho do oprimido é se tornar o opressor". Segundo Freire (1987, p. 17) "quase sempre, num primeiro momento deste descobrimento, os oprimidos, em lugar de buscar a libertação, na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou subopressores".

A estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se "formam". O seu ideal é, realmente, ser homens, mas, para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes está, clara, é ser opressores. Estes são o seu testemunho de humanidade (Freire, 1987, p. 17).

Neste sentido, a ascensão acadêmico-profissional de pessoas negras incomoda a branquitude, já a ascensão acadêmico-profissional de africanos incomoda a branquitude e um segmento de pessoas negras que ao invés de aliados, tomam os africanos por concorrentes e, portanto, rivais.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

Appiah (1997) chama esse fenômeno de racismo intrínseco (entre pessoas do mesmo grupo étnico-racial), poderíamos – quiçá, readaptar e complementar a definição de Appiah (1997) introduzindo conceitos como "inveja intrínseca", ódio intrínseco, etc.

Em termos acadêmico-profissional, a africanofobia é o desejo, ou o ato consciente e intencional de desqualificar e desclassificar um estudante/acadêmico africano tido como um concorrente em potencial. Em termos sociopolítico e histórico, a africanofobia é ao mesmo tempo causa e consequência do racismo estrutural.

Nas universidades, a desqualificação intelectual dos africanos começa já em bancas de processos seletivos de ingresso, estende-se nos debates em salas de aula e nas provas de avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Examinadores com apenas minicurso, resenha, três ou seis meses de intercâmbio em Angola ou outro país africano apresentam-se como especialistas em matérias de sociologia política africana, questionam e ajuízam o conhecimento endógeno do candidato ou estudante africano com base em interpretações estereotipadas. Além disso, casos de atribuições de notas baixas incompatíveis com o aproveitamento dos estudantes africanos são constantes. Esse movimento deliberado é parte da estratégia de desclassificação prévia, visto que muitos editais de bolsas de estudo e estágios remunerados usam a média final ou parcial como um dos principais critérios de seleção.

3. 3 *Diálogos sul-sul: discursos, práticas e contradições*

O diálogo e a cooperação entre africanos e afrodescendentes é uma possibilidade distante, uma vez que a branquitude transformou a origem em sub-raças. Cátedras internacionais de promoção à igualdade racial – como as da UNESCO, segregam ou excluem negros com base na proveniência e, automaticamente, levam muitos diaspóricos a crença equivocada, porém mantida com grande convicção de que nascer e crescer sob a égide cultural ocidental os torna superiores aos africanos (Appiah, 1997).

O *modus operandi* não é novo. Negras/os – inclusive os que se dizem racialmente letrada/os afrontam, hostilizam, silenciam e sabotam outros negros com vista a agradar e servir de álibi à branquitude[6]. A cooptação é evidente, os fins justificam os meios, dividir e conquistar.

O patriarcado – por exemplo, uma cosmogonia e cosmovisão eurocêntrica Oyěwùmí (1997),

[6] SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social, 2021.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

assim como todas as violências que dele se originam é equivocadamente, senão mesmo intencionalmente atribuído ao africano.

Cátedras e minicursos são ofertados em nome de um feminismo africano inexistente (Ogundipe-Leslie, 1994), em contraponto ao verdadeiro conceito africano de *mulherismo africano* (Ogunyemi, 1985) e da abordagem coletivista-inclusiva local do *mulherismo de negociação* (Nnaemeka, 2004). Grandes intelectuais e pensadoras africanas sobre relações de gêneros como Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí ou Amadiume (2026) não são tidas nem achadas, as referências são mulheres ocidentais, brasileiras e latino-americanas.

Estudantes africanas são colocadas no lugar de receptoras ao invés de participantes ativas de um tema que lhes diz respeito. O homem africano passa a ser o alvo preferencial e o bode expiatório de um feminismo ocidental xenofóbico/racista, em retrospectiva aos mais atrozes atos colonial-escravocratas que transformaram o homem negro no tradicional suspeito modelo até os dias atuais (Oyěwùmí, 1997).

Como consequência, grupos de pesquisa e extensão da chamada esquerda identitária são vistos com desconfiança e evitados por muitos estudantes africanos, que os consideram campos armadilhados. Não por causa da natureza ideológico-epistemológica que enunciam, mas dos seus *modus operandi* muitas das vezes tendenciosos. Em alguns destes – a intransigência, o despeito e o ódio direcionados encontram um lar adotivo e a africanofobia gera consensos.

Não são poucos os relatos de testes e provocações maliciosas com foco nas relações de gênero, com o intuito cruel de vilanizar o homem africano pintando-o como um trivial misógino. Em alguns casos, o oportunismo, a prepotência e o desespero diante do crescimentooutrem servem-se de uma pauta por muitas considerada central e a africanofobia, assim como o racismo estrutural (Almeida, 2018) auxiliam na seleção de alvos considerados fáceis e indefesos, o que pressupõe a *essência covarde da africanofobia*.

Em parte, isso acontece porque existe uma recorrente e imprudente busca por respaldo de pensamentos pré-concebidos a qualquer custo de uma África inventada (Mudimbe, 2019) que presumem conhecer, ao invés de uma busca rigorosa baseada em evidências científicas, o que torna muitos destes grupos não como segmentos de estudos e pesquisas acadêmicas metódicas, mas em baluartes da propagação de estereótipos socioculturais e do racismo de origem à la esquerda.

Mas não se trata de ações inocentes ou desinteressadas, existe uma intencionalidade por trás de tudo isso. O racismo descansa no (sub) consciente social (Souza, 2021), no consciente dos acadêmicos e qualquer coisa pode servir de gatilho e/ou, quiçá, de pretexto.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

Parafraseando/citando uma matéria do portal Viomundo (2026): *"O uso da pecha de 'agressor' contra um homem negro de conduta exemplar é uma tática clássica do racismo estrutural, que busca deslegitimar a autoridade intelectual e moral de lideranças negras através da criminalização de seus corpos e discursos".*

Acrescenta-se a tudo isso o lembrete de que, de nada vale usar roupas feitas de panos tradicionais africanos quando tais ações não são acompanhadas por uma valorização real da pessoa africana. Na era colonial, o colonizador não se tornava pró-África só porque se mascarava como, e simulava valorizar decorações e trajes culturais africanos. Quando isoladas, tais ações não passam de clichês pseudo-progressistas bem ensaiados, exibições de espólios e/ou, quiçá, de modismo e apropriação cultural movidos à "fetichismo pelo exótico", ou melhor – pelo exotizado.

Sem tirar o mérito e a importância dos trajes no contexto das resistências anti-coloniais, como bem evidenciam Fair (2004), Byfield (2004) Hay (2004) ou Moorman (2004) em Angola, é preciso deixar evidente de que a verdadeira essência do ser e fazer-se africano não reside em mantos inanimados que possam ser vestidos e despidos a qualquer momento. Mas antes, porém, numa consciência civilizacional complexa de múltiplas identidades, que valorize a alteridade e se demarca dos etnocentrismos intrínsecos ao colocar a pessoa africana no centro das preocupações. Até porque, as coisas africanas só têm o valor que têm porque a África é um enigma cujo poder reside na diversidade emanada dos seus povos – as pessoas africanas (Couto, 2005).

A valorização da cultura africana passa impreterivelmente pela valorização da pessoa africana. A academia eurocêntrica procede de forma oposta, pois tenta forçar uma africanidade sem africanos ao lançar mão dos espólios culturais dos povos que deliberadamente, invisibiliza e marginaliza dos espaços de debates.

Já disse antes (Sala, 2024) e volto a repetir que a África não é uma terra fictícia como uma Atlântida negra, Wakanda ou uma civilização que pereceu com a escravização para que seja continuamente fetichizada, imaginada ao invés de experenciada por aqueles que evocam uma ancestralidade cinematográfica enquanto viajam em turnês pela Europa e América do Norte. Os africanos existem empiricamente e podem falar por si mesmos, perfazem um bilhão e meio de pessoas distribuídos em milhares de grupos etnoculturais e com eles, um mosaico de conhecimentos com os quais muitos só podem sonhar.

Por isso, salvo algumas exceções, não se faz decolonização de fato – senão encenações e atuações teatrais, nem se respeitam os contextos. Diante destes fatos, a questão que se levanta

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

é: se está diante de algo que se possa realmente chamar de diálogo Sul-Sul, ou se trata de uma neocolonização e colonialidade Sul-Sul? Não existem trocas nem debates livres, mas sim ações unilaterais com vista imposição de ideias. Não há contraditório e, explícita ou sutilmente, qualquer tentativa de contra argumentação é previamente censurada.

Aliás, os chamados Estudos Africanos, que deveriam ser feitos com, e em diálogo com os estudantes e autores africanos como sujeitos, são maioritariamente estudos sobre africanos com os anfitriões reduzidos a objetos (Houtondji, 2008). O paternalismo é evidente e a relação de poder acentuadamente desproporcional. Professores autoproclamados decoloniais – inclusive negros, suprimem e silenciam as falas, ou tentativas de argumentação dos estudantes africanos. Em muitas disciplinas de matrizes decolonial, impera uma espécie de colonialidade subimperialista, comumente reproduzida em sala de aula por um segmento professores que se acha o baluarte da luta anti-colonial e progressista em todo o Sul Global. Ou seja, a colonialidade é reproduzida em sala de aula ao mesmo tempo em que se debate e se teoriza a decolonialidade e a luta contra-hegemônica. Comportamentos antagônicos as iniciativas da esquerda nacional, como os descritos no projeto da universidade África-Brasil, que deixa evidente que o objetivo é fortalecer "as políticas públicas de criação de universidades pautadas num diálogo simétrico intelectual, político e institucional, assentado em produções afro referenciadas numa perspectiva de cooperação bilateral e multilateral" (Brasil, 2025, p. 3).

Os preconceitos histórico, político e socialmente construídos se fazem muito presentes e, quando se trata de interpretar a psicologia e o pensamento social africano, a linha entre as conclusões baseadas em evidências científicas e aquelas assentes no senso comum são extremamente tênues. Assim, por mais que se criem departamentos e núcleos de estudos africanos, estes funcionam a partir de um vocabulário, conceitos e significados ocidentais e acabam por reproduzir a mesma lógica colonial que reivindicam combater (Macamo, 2022). É o racismo sobre o critério origem – africanofobia, e uma decolonização real passa por reconhecer de tal realidade.

Neste interim, a impressão que fica é que a academia, uma instituição eurocêntrica e colonial por essência, vê o estudante e pesquisador africano – parte de uma estrutura civilizacional distinta, como uma ameaça porque geralmente, este traz uma cosmovisão que ameaça desestabilizar os conceitos e teorias que constituem a base teórica das correntes epistemológicas tradicionais, mas também das chamadas decoloniais que, pelo menos com relação à África e aos africanos, mostram-se igualmente protecionistas e até certo ponto, subhegemônicas.

Assim sendo, independentemente da natureza ideológico-epistemológica dos grupos de

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

estudos, pesquisa e extensão (direita, esquerda, liberal, marxista ou decolonial), a universidade é estruturalmente uma instituição conservadora e colonizadora na sua ação, onde o estudante africano não encontra segmento de encaixe – salvo uma turma onde possa simular integração, performar concordâncias e servir de exemplo de diversidade e internacionalização para o "inglês ver"[7].

O antirracismo sob a tutela da branquitude, seja ela nacional ou internacional – como os promovidos pela UNESCO, é um antirracismo racista – porque não contempla o acadêmico africano. Muitos professores, estudantes e técnicos administrativos autoproclamados progressistas, que se dizem antirracistas no plano nacional, não conseguem conter o seu preconceito e xenofobia contra os estudantes africanos. Para estes, é preciso lembrar que "*a hipocrisia não se transforma em solidariedade simplesmente por estar envolta em uma linguagem progressista" (Osman, 2026).* Conforme diz Freire (1987, p. 17). "não pode jamais entender esta "generosidade" que a verdadeira generosidade está em lutar para que desapareçam as razões que alimentam o falso amor".

A nível nacional, há que se reconhecer o empenho e o mérito dos governos brasileiros de esquerda na criação e implementação de políticas públicas que até agora, resultaram e têm resultado na formação de milhares de quadros africanos e numa estratégica (re) aproximação geopolítica África-Brasil.

Na minha dissertação de mestrado – Sala (2024), abordo como é que os equívocos conceituais levam muitos estudantes africanos no Brasil a se identificarem com o espectro político de direita. Um campo conservador-ocidentanófilo totalmente oposto ao conceito de conservadorismo africano que por essência, é panafricanista, contra-colonial e anti-imperialista. Porém, depois de uma reanálise transversal dos fatos, cheguei à conclusão inequívoca de que, para além dos equívocos conceituais e o déficit no letramento de uma abordagem críticogeopolítico vetorial por parte de muitos africanos – muito comum entre as sociedades colonizadas, o comportamento insidioso da esquerda acadêmica contribui fortemente para tal estado de coisas.

Chame-se de paradoxo ou autossabotagem, na contramão daquilo que se configura como política externa, aspirações e projeções do Estado brasileiro a longo prazo potencializados principalmente nos governos de esquerda, não seria exagero dizer que, literalmente, existem

[7] Trata-se de um jogo de faz de conta onde o acadêmico africano simula diluir-se perante as engrenagens neocoloniais enquanto que, os diferentes atores da universidade eurocêntrica fingem acolher e integrá-lo.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

setores da esquerda acadêmica que realmente se esforçam em transformar os atuais aliados acadêmicos africanos em futuros adversários político-ideológicos e, consequentemente, geopolíticos.

As consequências já se fazem sentir no horizonte, como é o caso das eleições para a reitoria da UNILAB – por exemplo, onde a comunidade acadêmica africana outrora pró esquerda tem se recusado em apoiar e a votar nos candidatos da esquerda universitária em sucessivos pleitos. Neste caso, os africanos perceberam que o princípio norteador de que "a Unilab é espaço contínuo para que o reconhecimento das diferenças entre povos e culturas se constituam em campo e espaço únicos de problematização e de análises crítica" (UNILAB, 2023, p. 60) é continuamente violado e que a integração foi reduzida à condição de um pseudônimo bonito visando a projeção de uma articulação Sul-Sul que em princípio, deveria ser democrático-paritária em termos de relações interculturais humanas. Mas que, por descaso ou propositalmente, pouco ou nada se faz para alcança-la.

É uma situação que cedo ou tarde, pode escalar para outros contextos mais amplos, adentrar as universidades africanas e as respectivas estruturas político-partidárias nacionais com o regresso de milhares de quadros africanos descrentes pelas amargas experiências de que algum dia, se possa estabelecer uma dinâmica de relações Sul-Sul que realmente se preze igualitária, intercultural, inclusiva e sem preconceitos.

Ainda assim, o fim ou a redução do fluxo de ingresso de jovens estudantes africanos entre as universidades brasileiras, tão almejada pelos segmentos africanófobos da comunidade acadêmica que os tomam por concorrentes não se concretizarão – pois, configura-se como política de Estado de interesses mútuos historicamente reiterado nos mais altos níveis da administração pública do Estado (chefes de Estado e de Governo) brasileiro e dos respectivos países africanos envolvidos. Como disse o Presidente Lula em 2010, "o relançamento da relação com a África é também um reencontro do Brasil consigo mesmo" (Brasil, 2025, p. 4).

Em 22 de novembro de 2023, o Campus dos Malês recebeu a visita de uma comitiva formada por 17 Embaixadores/as de países africanos. A visita partiu de um interesse dessa comitiva em conhecer uma universidade que recebe estudantes africanos e com abertura para a cooperação. O grupo cumpre uma agenda que inclui visitas a instituições em Salvador, além de participação em seminário sobre políticas públicas de cooperação (Brasil, 2025, p. 4).

Assim, na medida em que a africanofobia passa a prejudicar os interesses geopolíticos do Estado brasileiro a longo prazo, o dilema da falsa aliança deixa de ser uma situação restrita as relações destes segmentos com as comunidades acadêmicas africanas e assume uma dimensão

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

de ordem nacional ainda oculta dos principais espaços de debates sociopolíticos e acadêmicos. A africanofobia têm um custo estratégico e, infelizmente, aqueles que a praticam não serão os únicos a lidarem com as consequências (geo) políticas dos seus atos.

O realinhamento ideológico-epistemológico de parte da comunidade acadêmica africana pode ser interpretado – quiçá, a partir da teoria psicossocial que diz que a quebra de confiança mútua por parte de um "aliado" que venha a se revelar uma fraude chega a gerar mais desprezo do que as ações de um adversário abertamente declarado (Simmel, 1964).

Em 1963, Malcolm X partilhara esta visão em seu famoso discurso intitulado *"Message to the Grassroots"* (Mensagem à Base), proferido em 10 de novembro de 1963, na King Solomon Baptist Church – num evento intitulado *"Northern Negro Grass Roots Leadership Conference"* (Conferência de Liderança de Base dos Negros do Norte) (Facebook, 2026). Segundo Malcolm X: os conservadores (direita) são como lobos, pois estes mostram abertamente os dentes deixam evidente que são inimigos. Já os liberais (esquerda naquele contexto histórico-geográfico) são como raposas, muito mais astutas e perigosas porque sorriem, porém – escondem as suas reais intenções (Youtube, 2026).

A diferença com Malcolm X é que, apesar de ter partilhado de uma aversão aos liberais (esquerda, naquele contexto) equivalente ao que muitos africanos nutrem hoje pela esquerda acadêmica, jamais presumiu ou deu a entender que a solução residia numa reorientação ideológica para a direita, muito menos que inocentava ou minimizava as ações abertamente racistas perpetradas pelo campo conservador. Muito pelo contrário, o que Malcolm X sugeria era um distanciamento de ambos os espectros, para que os negros se voltassem para si mesmos. Malcolm X entendia que ambos os espectros eram (ou são) racistas e que suas diferenças variam apenas na forma como configuram e manifestam o racismo, destacando o comportamento paternalista da esquerda norte-americana, supostamente amiga dos negros, como uma estratégia de contenção e controle de dissidências que possibilitariam o estabelecimento de uma autonomia racial real. No contexto do tema em análise no presente texto, isso significa uma reorientação ideológico-epistemológica dos africanos para Áfricadentro, ao invés da troca de uma tutela ideológico-epistemológica por outra.

Acuada, a comunidade estudantil africana se vê entre o fogo cruzado de uma extrema direita ostensivamente racista por um lado, e do outro – por uma esquerda cujas ações insidiosas poderiam ser facilmente classificadas como vis. Ao perceber que relações de poder não se faz com "jurisdiquês" – mas sim com astúcia, a desconfiança deve ser o principal escudo do acadêmico africano e todos considerados suspeitos até que se prove o contrário.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

Quanto aos núcleos e centros de Estudos Africanos que se predispõem a ler e interpretar a África a partir de uma posição vertical – assim como a história evidencia com a revolução ideológico-epistemológica levada a cabo pelos africanos da Escola dos Estudantes do Império em Portugal (Castelo, 2011), a ruptura mais contundente e dolorosa com, e para qualquer etnocentrista é aquela saída das estruturas criadas especificamente para cooptar e tutelar aqueles que equivocadamente, presume-se serem facilmente subalternizáveis. A consciência civilizacional – tão poderosa para quem sente e difícil de compreender para aqueles que só ouvem falar, impede que o acadêmico africano consciente assuma um papel de personagem secundária e se torne um apêndice da realidade dos outros. Um fato que o regime fascista colonial português aprendeu da pior forma possível.

A empiria evidencia e credencia a teoria que nas Ciências Sociais e Humanas, faz-se vivendo (Schutz, 2018). A experiência vivida pelos estudantes africanos nas universidades brasileiras demonstra que não há diálogo, mas sim imposições e distopias epistemológicas quando um dos lados parte da suposição de que tem o direito supremo de ditar ao outro a forma como deve ver, ser e posicionar-se no mundo. Na proposta da criação da Universidade África-Brasil, os deputados da esquerda nacional observam corretamente que "a propositura reverbera e fortalecerá o compromisso de relançamento da relação África-Brasil como uma importante reparação histórica" (Brasil, 2025, p. 4).

A UFAB como Instituição de Ensino Superior (IES) no seu propósito institucional já nasce internacionalizada, portanto, globalizada - numa estratégia fundamentada na produção de força de trabalho qualificada a partir da lógica ou da consciência intercultural não somente na aquisição de habilidades técnicas profissionais no âmbito global assim como também prover uma formação acadêmica de qualidade a luz do entendimento sobre as exigências de reparo histórico causado pelo escravismo e colonização (Brasil, 2025, p. 5).

Porém – na contramão da esquerda nacional, a esquerda acadêmica comete um erro crasso ao escusar-se a perceber que cooperação não é subjugação e que tentativas de aculturação invalidam a lógica da reparação, pois é neocolonialismo. No final das contas, a universidade passa a ser um lugar de disputas e tensionamentos de grupos sectários (tanto de direita, quanto de esquerda) cada qual com os seus preconceitos enraizados. Ela (re) coloniza, submete a luta antirracista sob a tutela da branquitude e asfixia o africanismo ao obliterar a participação do estudante africano. É um lugar onde para alguns – a prática contraria o discurso, a *práxis* fazse utopia e a luta antirracista reduz-se a simulacros.

Poderá, quem sabe um dia, falar-se em diálogo horizontal no contexto das relações acadêmicas

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

Sul-Sul como sugerem Berkin, Kaltmeier (2012) quando a universidade passar a tratar o acadêmico africano como um ator central com algo a dizer, ao invés de um recipiente vazio onde qualquer aspirante a prêmio Nobel do oportunismo acadêmico presuma poder despejar todas e quaisquer das suas suposições teórico-epistemológicas sem encontrar resistência.

Diante de tudo isso, fica evidente que – ao menos por ora, os chamados diálogos SulSul são uma quimera e que uma reorientação ideológico-epistemológica radical para Áfricadentro se faz necessária. A esquerda acadêmica, assim como a direita é eurocêntrica, africanófoba, paternalista e neocolonial e os estudos decoloniais, tal como as correntes liberais/capitalistas e marxistas não contemplam a África e os africanos.

Diálogos igualitários são bem-vindos, jamais a tutela ou cooptação e os estudos póscoloniais, pan-africanistas e (neo) africanistas estão disponíveis para servirem de base ideológica e sustentabilidade para a construção de epistemologias africanas endógenas.

Conforme uma vez disse Thomas Sankara (1949 - 1987): *"queremos preservar de cada revolução apenas a essência da pureza que proíbe que nos tornemos servos da realidade dos outros, embora pensemos que existe uma comunidade de interesses entre nós"* (Thomas Sankara, Assembleia Geral da ONU, 1984 *apud* Sala, 2025, p. 3).

Considerações finais

Portanto, mesmo não sendo os percursores, os governos brasileiros de esquerda são – de longe, os grandes protagonistas do processo de ampliação, inovação e no estabelecimento de uma diplomacia acadêmica África-Brasil sólida e funcional em constante evolução. A nível das políticas de governo e de Estado, as estratégias estão de acordo com qualquer país que se preze um ator central no panorama geopolítico das nações. Até porque, o governo faz a diplomacia acadêmica e traça a geopolítica da educação, os acadêmicos são responsáveis por estabelecer diálogos interinstitucionais e implementá-las.

Portanto, os governos brasileiros de esquerda entendem – e com razão, que os futuros profissionais e potenciais líderes nacionais nutrem especial consideração pelos países responsáveis por suas respectivas formações acadêmicas e muitas das vezes, ideológicas. Porém, há uma nuance de natureza *sine qua non*: Na contramão daquilo que se configura como política externa, aspirações e projeções do Estado brasileiro a longo prazo potencializados principalmente nos governos de esquerda, não seria exagero dizer que, literalmente, existem setores da esquerda acadêmica que realmente se esforçam em transformar os atuais aliados

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

acadêmicos africanos em futuros adversários político-ideológicos e consequentemente, geopolíticos.

Na contramão da esquerda nacional, a esquerda acadêmica comete um erro crasso ao escusar-se a perceber que cooperação não é subjugação e que tentativas de aculturação invalidam a lógica da reparação, pois é neocolonialismo. Diante de tudo isso, fica evidente que – ao menos por ora, os chamados diálogos Sul-Sul são uma quimera e que uma reorientação ideológico-epistemológica para África-dentro se faz necessária.

A esquerda acadêmica, assim como a direita é eurocêntrica, africanófoba, paternalista e neocolonial e os estudos decoloniais, tal como as correntes liberais/capitalistas e marxistas não contemplam a África e os africanos. Diálogos igualitários são bem-vindos, jamais a tutela ou cooptação e os estudos pós-coloniais, pan-africanistas e (neo) africanistas estão disponíveis para servirem de base ideológica e sustentabilidade para a construção de epistemologias africanas endógenas. Conforme uma vez disse Thomas Sankara (1949 - 1987): *"queremos preservar de cada revolução apenas a essência da pureza que proíbe que nos tornemos servos da realidade dos outros, embora pensemos que existe uma comunidade de interesses entre nós"* (Thomas Sankara, Assembleia Geral da ONU, 1984 *apud* Sala, 2025, p. 3).

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AMADIUME, Ifi. *Male daughters, female husbands*: Gender and sex in an African society. 2026.

ANGOLA. *Lista das instituições de ensino superior públicas e privadas*. Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI). Luanda, 2022.

ANGOLA. Vagas para o Ano Acadêmico 2024/2025. *MESCITI*. Disponível em: https://mescti.gov.ao/web/noticias/vagas-para-o-ano-acad%C3%A9mico-20242025. Acesso em: 19 de junho de 2026.

ANTONIO, Fausto, TAVARES, Rosalina Semedo de Andrade. A Unilab e as Novas Rotas do Atlântico Negro. *Pagina PT 13*. Disponível em: https://pagina13.org.br/a-unilab-e-as-novasrotas-do-atlantico-negro/. Acesso em: 04 de outubro de 2026.

APPIAH, Kweme Anthony. *Na Casa de meu Pai*: A África na Filosofia da Cultura; Trad. Vera Ribeiro; Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 19-51.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERKIN, Sarah Corona; KALTMEIER, Olaf (Ed.). *En diálogo: metodologías horizontales en ciencias sociales y culturales*. Editorial Gedisa, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Para uma sociologia da ciência. *Lisboa: Edições*, v. 70, p. 130, 2004.

BRASIL. *Lei n° 10.639, de 9 de janeiro*: torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e o estudo da História da África e dos Africanos nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Casa Civil da Presidência da

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

República. Brasília-DF, 2003.
BRASIL. *Lei n° 12.289, de 20 de julho de 2010*: Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Casa Civil da Presidência da República. Brasília-DF, 2010.
BRASIL. *Decreto N° 11.923, de 15 de fevereiro*: Dispõe sobre o Programa de EstudantesConvênio. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Imprensa Nacional – ISSN 1677-7042. Brasília - DF, 2024.
BRASIL. INC n°. 2356/2025 (Indicação): Sugere a criação da Universidade Federal África Brasil (UFAB), por meio da emancipação do Campus dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. *Câmara dos Deputados*. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2563218. Acesso em: 29 de setembro de 2026.
BRASIL. Programa de Estudantes-Convênio: Contexto. Informação Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pec/contexto. Acesso em: 29 de setembro de 2026. *Ministério da Educação (MEC), Governo Federal*. Brasília-DF, 2025.
BYFIELD, Judith. Dress and politics in Post–World War II Abeokuta (Western Nigeria). In: *Fashioning Africa*: Power and the politics of dress. Allman, Jean (ed.), (cap. 2). Bloomington: Indiana University Press, p. 31-49. Bloomington, 2004.
CASTELO, Cláudia. *A Casa dos Estudantes do Império*: lugar de memória anticolonial. Universidade de Lisboa (ULisboa), 2011.
COUTO, Mia. Que África escreve o escritor africano?. *BUALA*. Disponível em: https://www.buala.org/pt/mukanda/que-africa-escreve-o-escritor-africano. Acesso em: 17 de setembro de 2026.
DISCURSO completo de Malcolm X sobre a raposa e o lobo. *Facebook*. Disponível em: https://web.facebook.com/fb-answers/malcolm-x-full-fox-and-wolfspeech/?locale=ar_AR&_rdc=1&_rdr#. Acesso em: 30 de setembro de 2026.
ELIAS, Norbert; RIBEIRO, Renato Janine. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
FAIR, Laura. Remaking Fashion in the Paris of the Indian Ocean: Dress, Performance, and Cultural Construction of a Cosmopolitan Zanzibari Identity. In: *Fashioning Africa*: Power and the politics of dress. Allman, Jean (ed.), (cap. 1). Bloomington: Indiana University Press, p. 1330. Bloomington, 2004.
FERREIRA, Ricardo Alexino. Distopias catarinenses: "humanidade" pelo cão e indiferença com o racismo humano. *Jornal da USP*. Disponível em: https://jornal.usp.br/artigos/distopiascatarinenses-humanidade-pelo-cao-e-indiferenca-com-o-racismo-humano/. Acesso em: 13 de agosto de 2026.
FREIRE, Paulo. *A Pedagogia do Oprimido*. 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas. *Como elaborar projetos de pesquisa*, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 03 de outubro de 2026.
GROSFOGUEL, Ramón. *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas*: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado. Volume 31, número 1, janeiro/abril de 2016.
HALBWACHS, Maurice. *La memoria colectiva*. Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2004.
HAY, Margaret Jean. Changes in clothing and struggles over identity in colonial western Kenya. In: *Fashioning Africa*: Power and the politics of dress. Allman, Jean (ed.), (cap. 4). Bloomington: Indiana University Press, p. 67-83. Bloomington, 2004.
HOUNTONDJI, J. Paulin. *Conhecimento de África, conhecimento de africanos*: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, março 2008:

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

149-160.
MACAMO, Elísio. *Estudos Africanos como Metodologia das Ciências Sociais*. Simbiótica, v.9, n.2, mai.-ago./2022. Vitória, Brasil - ISSN 2316-1620.
MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*: Edição de Bolso. Editora Vozes Limitada, 2013.
MALCOLM X fala sobre os liberais brancos. *YouTube*. Disponível em: https://www.youtube.com/shorts/MVboL9ORBV4. Acesso em: 23 de agosto de 2026.
MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos afro-asiáticos*, v. 23, n. 1, p. 171-209, 2001.
MOORMAN, Marissa. Putting on a pano and dancing like our grandparents: nation and dress in late colonial Luanda. In: *Fashioning Africa*: Power and the politics of dress. Allman, Jean (ed.), (cap. 5). Bloomington: Indiana University Press, p. 84-103. Bloomington, 2004.
MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Editora Vozes, 2019.
MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*, 2004.
MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?. *Revista do Instituto de Estudos brasileiros*, n. 62, p. 20-31, 2015.
MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Autêntica Editora, 2019.
NDLOVU-GATSHENI, Sabelo. *Epistemic freedom in Africa*: Deprovincialization and decolonization. Routledge, 2018.
NNAEMEKA, Obioma. Nego-feminism: Theorizing, practicing, and pruning Africa's way. *Signs: Journal of women in culture and society*, v. 29, n. 2, p. 357-385, 2004.
NOVO JORNAL. Comissário alerta contra "Afrofobia": "É hora de investir no empoderamento dos negros na Europa", assumindo o peso da escravatura. *Novo Jornal*. Disponível em: https://novojornal.co.ao/internacional/detalhe/comissario-europeu-alerta-contra-afrofobia-ehora-de-investir-no-empoderamento-dos-negros-na-europa-assumindo-o-peso-da-escravatura13654.html. Acesso em: 24 de setembro de 2026.
OGUNDIPE-LESLIE, Molara. *Re-creating ourselves*: African women & critical transformations. Africa World Press, 1994.
OGUNYEMI, Chikwenye Okonjo. Womanism: The dynamics of the contemporary black female novel in English. *Signs: Journal of women in Culture and Society*, v. 11, n. 1, p. 63-80, 1985.
OSMAN, Marwa. Marwa Osman: Zero confiança no ativismo americano. *Sovereignista*. Disponível em: https://sovereignista.com/2026/09/02/marwa-osman-zero-trust-in-americanactivism/. Acesso em: 03 de setembro de 2026.
OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. *The invention of women*: Making an African sense of Western gender discourses. U of Minnesota Press, 1997.
PIAUÍ. Santa Catarina e a multiplicação de células neonazistas. *Piauí*. Disponível em: https://piaui.uol.com.br/revista/200/santa-catarina-multiplicacao-celulas-neonazistas/. Acesso em: 15 de setembro de 2026.
SCHUTZ, Alfred. *A construção significativa do mundo social*: uma introdução à sociologia compreensiva. Editora Vozes Limitada, 2018.
SAID, Edward W. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
SALA, Eduardo. *Propostas para construção de epistemologias sociológicas endógenas*: contra/decolonização do referencial teórico do ensino de sociologia e do subsistema do ensino superior em Angola. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2024.
SALA, Eduardo. Ciências Sociais e Globalização: Pistas para Construção de uma Sociologia

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 09/10/2026 | aceito: 15/10/2026 | publicação: 20/10/2026

Afrocentrada em Angola. In: *Anais do I Congresso Internacional de Educação Afrocentrada*. São Francisco do Conde (BA) - Unilab, 2025. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/i-congresso-de-educacao-afrocentrada-509915/1079053ciencias-sociais-e-globalizacao--pistas-para-construcao-de-uma-sociologia-afrocentrada-emangola. Acesso em: 30/09/2026.

SALA, Eduardo. *Da educação básica ao ensino superior*: acesso, permanência, desigualdades sociais e o dilema da abordagem meritocrática em Angola. SciELO Preprints, 2026. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.16735. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/16735. Acesso em: 2 out. 2026.

SANKARA, Thomas. *Discurso de Thomas Sankara na Assembleia Geral da ONU*, 1984.

SILVA, Willame. O inimigo mais perigoso é aquele que finge te ajuda. *Facebook*. Disponível em: https://www.facebook.com/wilames25/posts/o-inimigo-mais-perigoso-%C3%A9-aqueleque-finge-te-ajudar-nicolau-maquiavelessa-frase/1996113824607101/. Acesso em 22 de setembro de 2026.

SIMMEL, Georg; WOLFF, Kurt Heinrich. *The sociology*. Free Press of Glencoe, 1964.

SOUZA, Jessé. *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

UNILAB. *Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2023 - 2027)*. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), 2023.

USP. Estudantes estrangeiros na USP. *Universidade de São Paulo, Programa de Estudante Convênio da Graduação (PEC-G)*, 2024. Disponível em: https://fmbru.usp.br/alunosestrangeiros/. Acesso em: 04 de outubro de 2026.

VIOMUNDO. Membro de Comitê de Ética em Pesquisa é acusado injustamente em evento da Inaep: "Corri muito risco de vida, e ainda corro". *Viomundo*. Disponível em: https://www.viomundo.com.br/blogdasaude/silvino.html. Acesso em: 10 de agosto de 2026.

YANKAH, Kwesi. A globalização e o acadêmico africano. Versão levemente revisada a partir da monografia com o mesmo título publicada em 2004 pela Faculdade de Artes da Universidade de Gana, em Legon. *O resgate das ciências humanas e das humanidades través de perspectivas africanas*. volume I, capitulo 3. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília 2016. P.135.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.